

8 de Fevereiro 2022  
Terça-feira  
Semanário - Ano 6  
Nº 295  
Director-Geral  
Evaristo Mulaza



ICTS RECORRE À JUSTIÇA

# Grupo filipino denuncia manipulação no concurso público do Porto do Lobito

**CONTRATAÇÃO PÚBLICA.** No ano passado, a empresa já havia contestado a atribuição da gestão do Terminal Multiusos do Porto de Luanda à DP World, apontando vários vícios no processo. Desta vez, grupo filipino volta a contestar resultados do concurso público que deram aos chineses da CITIC/SPG a gestão do Terminal Polivalente do Porto Comercial do Lobito. Denunciando “manipulação” do concurso, ameaça defender-se até às “últimas consequências”. Págs. 10 e 11



SG DA UNTA SOBRE O SALÁRIO MÍNIMO

## “Se não formos ouvidos, não vamos reconhecer a decisão governamental”

Págs. 4 e 5



COMBATE À LIAMBA

## Angola perdeu 643 mil milhões de kwanzas

Pág. 8

BANCO BIC CABO VERDE

## Accionistas desistiram por falta de viabilidade

**BANCA.** Donos do Banco Bic Cabo Verde decidiram desistir do mercado, ao não avançarem com a transformação da entidade em instituição financeira local, conforme determinação da autoridades.

Pág. 12



DIVISAS

## Casas de câmbio acusam BNA de promover concorrência desleal

Pág. 13

# AS RAZÕES DA IGREJA CATÓLICA

Qualquer indivíduo ou entidade que defenda, como última causa, a luta pela justiça e pela dignidade do homem pode e deve intervir contra tudo o que represente o sequestro do Estado e a má governação. Independentemente da sua actividade, do espaço geográfico e das circunstâncias históricas, políticas e sociais.

O jornalismo, por exemplo, através do seu papel de intermediação, assume necessariamente uma função regulatória que tem como último propósito a luta por sociedades mais justas. É desta forma que os jornalistas que compreendem os fundamentos filosóficos do jornalismo encaram a profissão. Em última instância, é por isso que se debatem e não raras vezes se expõem conscientemente a riscos com custos nefastos.

A igreja posiciona-se necessariamente nesse prisma. Na sua vocação primária de divulgação da palavra divina, está incontornavelmente a construção de uma humanidade mais justa. Ainda que historicamente, e até no presente, a actuação da igreja esteja preenchida de registos contraditórios, a sua última razão filosófica é a formação de um homem justo e de bem. E este processo é indissociável da procura incessante por governantes que defendam a vida e a dignidade humanas e que respeitem os interesses e a riqueza que a todos pertencem.

É neste quadro que devem ser percebidas as críticas duras da Igreja Católica contra o poder em Angola. O mesmo sucede até em sociedades democraticamente maduras ou mesmo quando vemos lideranças da Igreja levantarem-se contra a passividade de organizações transnacionais em certas matérias. Nesses casos, a laicidade do Estado não é encarada como pretexto racional para impedir a intervenção da Igreja. Até porque, se assim fosse, o Papa Francisco já teria precipitado várias crises diplomáticas entre o Vaticano e algumas potências mundiais e não só. Senão pelo seu posicionamento claro contra a fome global, seria pela sua crítica aberta às práticas que promovem a destruição do ambiente e as guerras entre povos.

Em Angola, o entendimento da Igreja Católica parece claro. No pós-guerra, as razões da pobreza extrema e dos conflitos sociais e políticos radicam na luta insana pela manutenção do poder e na cristalizada privatização do Estado. E, quanto a isto, não

há dois culpados. Quem quer manter o poder a qualquer custo é o MPLA. Quem consolidou a transformação do Estado na extensão do seu quintal é o MPLA. Qualquer angolano sabe disso pela forma como a justiça e os órgãos eleitorais se mantêm sequestrados. Pela agravada partidarização da comunicação social pública, enquanto instrumento de propaganda e de ataque aos adversários do MPLA. Mas também pela maneira como os monopólios e privilégios beneficiam as 'novas' famílias à volta do poder.

Denunciar este estado de sítio com veemência não é imiscuir-se na política partidária, ainda que, inevitavelmente, o poder se sinta tocado. É antes expor as reais causas da nossa desgraça. É apontar o que, de facto, deve ser corrigido para a construção da almejada Angola. E a Igreja, assim como o jornalismo, tem e terá a sua palavra. Sobretudo enquanto as demais forças que propiciam o equilíbrio se mantiverem atrofiadas e aprisionadas.



## FICHA TÉCNICA

**Director-Geral:** Evaristo Mulaza  
**Directora-Geral Adjunta:** Geralda Embaló

**Editor Executivo:** César Silveira  
**Editora Executiva Adjunta:** Isabel Dinis  
**Redacção:** Edno Pimentel, Emídio Fernando, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo  
**Fotografia:** Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca  
**Secretária de redacção:** Rosa Ngola

**Paginação:** Edvandro Malungo e João Vumbi  
**Revisores:** Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló  
**Colaboradores:** Cândido Mendes, EY, Mário Paiva e Pedro Narciso  
**Propriedade e Distribuição:** GEM Angola Global Media, Lda  
**Tiragem:** 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15  
**GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:** Geralda Embaló e Evaristo Mulaza  
**Assistente da Administração:** Geovana Fernandes  
**Departamento Administrativo:** Jessy Ferrão e Nelson Manuel

**Departamento Comercial:** Geovana Fernandes  
**Tel.:** +244941784790-(1)-(2)  
**N° de Contribuinte:** 5401180721  
**N° de registo estatístico:** 92/82 de 18/10/82

**Endereço:** Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola;  
222 320511 Fax: 222 320514  
**E-mail:** administracao@gem.co.ao;  
comercial@gem.co.ao

# A semana

## 3 PERGUNTAS A...



**DOMINGOS VENÂNCIO,**  
operador de restauração

### Como a pandemia impacta o funcionamento do sector?

Foram dois anos de perdas financeiras incalculáveis e, em certa medida, inexplicáveis. No caso do restaurante Boteco, a facturação média rondava 1,5 milhões de kwanzas, sendo que o lucro líquido era de 450 mil kwanzas. Não obstante essas perdas, conseguimos manter os postos de trabalho. Agora, vamos procurar recuperar o tempo perdido.

### E como isso será feito?

Recorrendo aos próprios meios, porque já sabemos que, mesmo batendo portas, ninguém nos vai ajudar. Manter funcionários na sua maioria jovens, sem lucros, tem sido um exercício duro. Tivemos de mexer nos lucros que eram destinados à melhoria do estabelecimento para pagar salários. Ao mesmo tempo, reduzimos os fluxos de pagamentos aos fornecedores.

### O que quer dizer com “perdas financeiras inexplicáveis”?

O sector da restauração foi dos que mais sofreu com as medidas de restrição do Governo. Creio que foram muito exageradas para a restauração. Quando nos permitem trabalhar apenas até às 16 horas, é o mesmo dizer que fiquem com os braços cruzados em casa. Os restaurantes devem funcionar no horário pós-laboral e, em muitos casos, até ao dia seguinte.

TERÇA - FEIRA

O Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário (FADA) revela que aplicou mais de 2 mil milhões de kwanzas, até ao momento, no financiamento de 164 projectos agrícolas em todo o país.

QUARTA - FEIRA

O Banco Nacional de Angola reafirma que vai colocar em circulação, em Abril, a moeda metálica de 200 kwanzas para comemorar o 20.º aniversário da Paz e Reconciliação Nacional, a assinalar-se a 4 desse mês.

QUINTA - FEIRA

Angola poupa cerca de 100 milhões de dólares na importação de açúcar e etanol em 2021, com a produção de 120 mil toneladas e 18 mil metros cúbicos desses produtos, no Pólo Agro-industrial de Capanda, segundo a Biocom.

## SEGUNDA-FEIRA

O Business Insider – site de notícias que acompanha investimentos em África – coloca Angola na nona posição da lista dos 10 melhores países africanos para investir, em 2022, numa lista liderada pela Nigéria.

SEXTA - FEIRA

O Presidente João Lourenço autoriza a compra de 550 mil cadernetas de passaportes e 162 mil películas por 781,7 milhões de kwanzas ao grupo Brithol Michcoma Angola.

SÁBADO

O volume de impostos, no Cuanza-Norte, atingiu, em 2021, mais de 5,8 mil milhões kz, menos 546 milhões comparativamente a 2020, em que a Delegação das Finanças tinha contabilizado acima de 6,3 mil milhões kz.

DOMINGO

As centrais sindicais UNTA-CS, CGSILA e Força Sindical revelam que vão defender, no próximo dia 11, durante a mesa-redonda com MAPTSS, a participação na gestão dos fundos provenientes das contribuições dos trabalhadores e das entidades empregadoras.



## COTAÇÃO



### PETRÓLEO RECUA...

O petróleo iniciou a terça-feira a recuar com a previsão do Irão de retomar as exportações. O Brent, no final da tarde, caía 1,93%, para os 90,90 dólares, enquanto o WTI seguia a negociar a 89,59 dólares, caindo 1,87%.



### MINEIROS EM ALTA...

Os mineiros encerraram a terça-feira a ganhar. O ouro avançou 0,39% nas entregas de Abril, para os 828,85 dólares por onça troy. A prata avançou 0,54% nas entregas de Março para os 23,200 dólares por onça troy. Em sentido contrário, o cobre recuou 0,08% nas entregas do mesmo período, para os 4,4660 dólares por libra-peso.

# Entrevista

JOSÉ LAURINDO, SECRETÁRIO-GERAL DA UNTA-CS

# “Vamos bater-nos pelo fundo de desemprego até às últimas consequências”

Depois de um combate ainda por vencer contra o salário mínimo nacional, entretanto já aprovado pelo Executivo, o novo ‘homem-forte’ da UNTA-CS define uma outra frente: a criação do fundo de desemprego como uma meta a atingir no diálogo com o Governo.

Por Júlio Gomes

## A

**cha que o salário mínimo nacional pode voltar a ser discutido depois de o Governo fixar o aumento**

**em 50%?**

Remetemos, na quinta-feira passada, ao Presidente João Lourenço, uma carta na qual contestamos esse aumento de 50% do salário mínimo nacional. Não gostaríamos de falar sobre isso enquanto não obtivéssemos uma resposta do chefe do Executivo.

**Espera que haja um recuo antes das eleições?**

Entendemos esperar pelo pedido. Enquanto não formos ouvidos, não vamos reconhecer a decisão governamental porque antes devia ocorrer uma reunião de concertação social, mas fomos ignorados. Porém, se o Governo recuar, vamos negociar.

**E se não recuar?**

Faremos valer os nossos direitos. Aliás, a lei confere-nos o diálogo mas, não havendo esse entendimento, havemos de partir para a greve. E se mesmo assim se mantiver o problema, avançaremos com manifestações de rua. Para já, reitero que o movimento sindical defende que o salário mínimo deve ser aquele que está próximo daquilo que é o custo da cesta básica alimentar que não está abaixo de 100 mil kwanzas.

**Que UNTA-CS teremos no seu mandato?**

O meu foco é dirigir, defendendo melhores condições laborais, que dignifiquem o trabalhador. O cidadão tem a sua dignidade e também obrigações.

**Desde que assumiu o cargo, diz-se que ainda não ‘aqueceu’ o banco do escritório, na Mutamba, estando sempre em viagem. A acção do sindicato não pode ser comandada a partir de Luanda?**

O movimento sindical não se faz sentado no escritório. A nossa meta é ir ao encontro do trabalhador



lá onde estiver, ouvindo as suas inquietações. Não vou trabalhar no escritório. Aliás, enquanto secretário-geral da UNTA-CS, acompanho pessoalmente as províncias do Moxico, da Lunda-Norte e do Cunene, para onde me desloco constantemente, ouvindo preocupações e, ao mesmo tempo, procurar soluções, dialogando.

**E que saída é que aponta para a conjuntura actual de graves dificuldades económicas e sociais?**

É o país possível que temos, não o que gostaríamos de ter. Agora, para inverter o quadro negro em que o país se encontra, todos nós, lá onde estivermos, temos de dar a

nossa quota-parte para o seu desenvolvimento.

**Como isso, pode ser possível num cenário de falência de empresas e de acentuado desemprego?**

O desemprego preocupa toda a gente. Não havendo trabalho, não há dinheiro e o grande problema ainda é daqueles que, estando já a trabalhar de repente perdem o emprego, o que resulta num rol de desequilíbrios sociais. Isso até afecta a pessoa do ponto de vista emocional, podendo levar a problemas psíquicos.

**Quantos membros compõem o sindicato?**

Em termos de trabalhadores, efectivamente, são numerosos e estes dados podem ser fornecidos pelos agentes dos sindicatos. Globalmente, temos 124 associações filiadas na UNTA-CS entre sindicatos e uniões sindicais. Só para ilustrar, há províncias que têm, por exemplo, 20 sindicatos.

**Como o sindicato sobrevive se já não recebe dotações orçamentais do Estado?**

O subsídio do Estado, enquanto entidade de utilidade pública, foi cancelado, creio, devido às dificuldades económicas e financeiras. Mas a UNTA tem muito património imobiliário, cultural e cívico. Rentabilizando todo esse património, sobretudo, o imóvel, o sindicato não terá muitas dificuldades financeiras na sua manobra. Além do arrendamento do património, temos a quotização dos associados. Aliás, só para reforçar e clarificar bem o que disse acima, a UNTA é uma associação de associações, sem trabalhadores filiados de forma directa. Os trabalhadores estão em associações por ramo de actividade. São essas associações ou sindicatos de base que se filiam às uniões (representações sindicais regionais ou provinciais) e essas às confederações sindicais.

**Qual é a participação dos membros?**

Foi estabelecido um valor por cada associado. À quota paga por um

**“Faremos valer os nossos direitos. Aliás, a lei confere-nos o diálogo mas, não havendo esse entendimento, temos de partir para a greve.”**

filiação ao seu sindicato a UNTA vai buscar uma percentagem. É um pagamento indirecto. Os trabalhadores pagam as quotas aos seus sindicatos e esses transferem uma percentagem para a UNTA, definida e combinada em reuniões regulares com os seus associados.

#### **Esse património a que se referiu está legalizado?**

Não temos nada que não esteja legalizado.

#### **Quanto vale?**

Digo-lhe, grosso modo, que se trata de um património que vale milhões de kwanzas.

#### **Onde está localizado?**

Em todas as províncias do país temos imóveis arrendados. Por exemplo, onde funciona o sindicato em Luanda, há o Centro de Diagnóstico e de Estomatologia 4 de Fevereiro, que é propriedade do sindicato. O Centro Materno Infantil do Lobito e a Maternidade Irene Neto, na cidade do Lubango, também fazem parte do nosso vasto património.

#### **No caso destas maternidades, o Governo paga mesmo arrendamento?**

O Governo tem contrato connosco. Quanto aos pagamentos, são outros quinhentos que teremos de resolver na base da concórdia.

#### **Há a necessidade de termos três sindicatos?**

As outras são centrais sindicais, ao passo que a UNTA é uma confederação sindical.

#### **Qual é a diferença?**

Agora não lhe posso detalhar muito bem, mas digo-lhe que cada uma tem a sua forma. Estas entidades são apartidárias, mas quem as dirige, ou seja, quem está à sua frente não está proibido de ter uma filiação política. Entretanto, são iguais por serem dirigidas por homens.

#### **No caso, quem dirige a Unta é do MPLA?**

Não comento.

#### **Mas a UNTA tem sido conotada ao partido no poder. Como pensa inverter essa imagem?**

Na verdade, a história da UNTA confunde-se com a do MPLA, porque também andou na guerrilha, mas é um erro pensar que o sindicato é partidário. Dizer que a UNTA é do MPLA isso cabe ape-



Samtos Sammeseca © VE

nas na visão dos jornalistas, porque, na visão da lei, trata-se de uma organização independente.

#### **Qual tem sido a relação do sindicato com as centrais sindicais?**

Estamos a estreitar relações de parceria em questões comuns como esta em que nos envolvemos na defesa do salário mínimo nacional.

#### **A Lei Geral do Trabalho já satisfaz as vossas expectativas, ou seja, já é mais justa e equilibrada?**

Tivemos um ganho acima de 80%, mas os experts dizem que estamos com ganhos na ordem de 150%. Porque entraram novos elementos na lei que mais se ajustam ao

desiderato tanto dos trabalhadores como das empresas.

#### **Como, por exemplo?**

São vários os aspectos positivos que deveriam ser esmiuçados num ambiente mais tranquilo. Sendo que fui apanhado de surpresa, essa abordagem fica para um outro momento.

#### **Veio a pandemia e o Governo pouco ou nada fez para evitar a 'morte' em série de empresas...**

Não gostaria de julgar ninguém, mas o sensato seria dizer que, havendo uma possibilidade de potenciar as empresas de modo a evitar a falência, seria melhor fazer esse esforço. Se reparar, são empresas do sector privado que estão a fechar, porque, mesmo na crise, os sectores da Educação e da Saúde estão a empregar. Portanto, quando se cria uma empresa o conselho é a maximização dos lucros para que sejam aplicados em tempo de crise.

#### **E a intervenção do Governo?**

O sensato é acudir as empresas. Por outro lado, havendo dívidas com estas, o Governo deve procurar pagar. Quando não salda as dívidas das empresas que lhe prestam serviço, o empregador não terá por onde pegar, senão despedir trabalhadores e, no pior dos cenários, fechar portas.

#### **Muitas vezes, os trabalhadores destas empresas falidas vão para a rua sem indemnização...**

Vamos buscar formas de diálogo com o Executivo no sentido de obrigar que o trabalhador que tenha descontado por exemplo durante oito anos para o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), enquanto não tiver outro emprego, receba um subsídio que lhe permita sobreviver até à próxima oportunidade de emprego.

#### **Como isso pode ser processado?**

Havendo um fundo de desemprego. Vamos bater-nos por isso até às últimas consequências. E teremos de conseguir no permanente diálogo com o Governo, porque o difícil é ressuscitar alguém.

#### **Disse que “mesmo na crise, os sectores da Educação e da Saúde estão a empregar”, o que isso significa?**

Não está proibido que se fudam colégios ou clínicas privadas. Mas há aqui uma questão: esses que têm projectos desta natureza terão fôlego para instalar-

-se na Muxima, por exemplo? Não, porque aí o pagamento será com kizaca, com carne de caça de cambuiji ou com batata-doce e mandioca, na medida em que ali o dinheiro não circula e há pouca gente. Portanto, quem investe faz estudo de viabilidade e procura maximizar os lucros para os maus momentos. São estas lições que fazem falta aos nossos empresários ou àqueles que querem caminhar na estrada do negócio.

#### **É optimista quanto ao futuro do país?**

Por esse país morro. Esta fase em que nos encontramos não é pior em relação à que já passamos de muita fome, nudez, em que só se calçava sapato aos domingos. Portanto, refiro-me à colonização.

#### **Mas o país não progrediu porque há também fome e nudez nos nossos dias?**

Em 1978, não havia quadros, hoje temos muitos. Temos mais água potável, mais escolas e hospitais. O problema tem que ver com o aumento da densidade populacional. Reproduzimo-nos muito e logo o que se faz não chega.

#### **Porque não há boa gestão nem planificação?**

A planificação existe. Reitero que o que se faz não chega. É preciso redobrar. No troço rodoviário Lobito-Benguela, naquele tempo, quase não passava carro nenhum. Ficávamos horas a fio à espera de boleia, quando hoje há engarrafamentos. Portanto, por vezes é incoerência dizer que o país não cresceu. E a incoerência é pecado!

#### **Quem critica é incoerente, é isso?**

Temos dificuldade de ajuizar porque, desde 2002, a nossa vida virou 360 graus. E ali, os jovens hoje com 30 a 40 anos de idade que só experimentaram vida boa, se faltar um pão é ralhar todo o mundo.

#### **O que pensa sobre o combate à corrupção?**

O combate a esse fenómeno não deve ser abrupto. Deve haver pedagogia na luta contra esse mal. Há mais de sete anos, nas nossas actividades alusivas ao 1º de Maio, dizíamos que ‘Contra a corrupção, toda a nossa força’. A corrupção é como o vento. Move árvores, mas ninguém conhece a cor. Como não é fácil ver quem é corruptor, é preciso sermos tolerantes.

# Economia/Política

DEPOIS DO ENCERRAMENTO DA ZAP

## Ministério Público requereu nova providência cautelar contra Isabel dos Santos

**ARRESTOS.** Processo contra a empresária conheceu novos capítulos, precipitados pela não renovação de contratos do canal Zap Viva. Ministério Público pediu nova providência cautelar, mas argumentos são contestados por fonte próxima ao processo.



Por César Silveira

O Ministério Público solicitou, a 17 deste mês e na sequência da suspensão de contratos no canal Zap Viva, uma nova providência cautelar não especificada, contra Isabel dos Santos, pedindo a inibição do direito de voto da empresária nas empresas arrestadas em 2019.

“O requerente pediu essencialmente o seguinte: que seja a requerida Isabel dos Santos inibida de exercer o direito de voto nas empresas”, passando este direito a ser exercido pelo Igape “para o normal funcionamento das empre-

sas”, lê-se no termo de decisão da Sala do Cível Administrativo da 2.ª secção do Tribunal da Comarca de Luanda.

No mesmo documento, consta a decisão da troca de fiel depositário da empresa gestora do canal Zap Viva, passando para o Ministério da Comunicação e Telecomunicações. Segundo a decisão, o Igape já era o fiel depositário das restantes empresas, visto que, depois do arresto de 2019, em que tinham sido indicados os conselhos de administração como fiéis depositários, o Ministé-

rio Público solicitou a substituição destes pelo instituto gestor das participações do Estado.

Na ocasião, o Ministério Público argumentou que os conselhos de administração “estavam a gerir as empresas com muitas dificuldades”, e que encontravam “entraves” na banca angolana e nos fornecedores. Entretanto, no caso da Zap Media e da Finstar, o MP alegadamente não teria encontrado “situações anómalas” que justificassem a mudança de fiéis depositários. Facto que, segundo o documento

do Tribunal, acabou forçado apenas após o anúncio de despedimentos, com a intenção de se salvaguardarem os empregos.

Fonte próxima ao processo defende, no entanto, que a decisão “põe em causa o teor do primeiro comunicado do Ministério Público”, referindo-se ao comunicando da Procuradoria-Geral da República na sequência do encerramento do canal Zap Viva. “Depois que surgiu a notícia sobre a desistência da providência cautelar, veio um segundo comunicado a dizer

que a providência não caducou, nem foi levantada, devido às duas outras acções que derivaram da mesma providência, o que, à luz da lei, não é sustentável porque, a ser verdade, estas acções entraram depois do prazo previsto na lei, que é de 30 dias. Logo, não servem de suporte à manutenção da providência de arresto”, argumentou a fonte, considerando “confusos” os argumentos do tribunal.

### ‘TIMELINE’ DOS ACONTECIMENTOS

Depois de vários meses em ‘silêncio’, o processo contra Isabel dos Santos voltou à ribalta, depois da suspensão de contratos dos trabalhadores da Zap, “por falta de actividade do canal”, resultado da suspensão da licença pelo Governo. Foi a 14 de Janeiro que a decisão se tornou pública. No dia 20, a PGR fez sair um comunicado, anunciando que o fiel depositário da empresa gestora do canal passaria a ser o Ministério das Telecomunicações, Tecnologia de Informação e Comunicação Social. No entanto, conforme apurou e noticiou o *Valor Económico*, o Ministério Público já tinha requerido e o tribunal homologou, ainda em 2020, a desistência da acção principal do processo da providência cautelar que originou o arresto dos bens de Isabel dos Santos em Dezembro de 2019.

A PGR, no entanto, reagindo a notícia deste jornal, garantiu que o processo continua. E acrescentou que o Ministério Público requereu a desistência do Processo n.º 35/2020-G, já que os factos neles narrados foram simultaneamente objecto de processo-crime cuja instrução preparatória tramita na Direcção Nacional de Investigação e Acção Penal, sob o n.º 10/20-DNIAP.

“Intolerante aquele que exprime as suas ideias e pensamentos e tolera quem abusa do poder do Estado.”

## FUNDO DE AJUSTE

### Afreximbank e Zona de Comércio Livre formalizam acordo

O Banco Africano de Exportação e Importação (Afreximbank) e o secretariado da Zona de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA, sigla em inglês) formalizam, nesta quarta-feira (08), no Cairo, Egípto, o acordo de gestão do fundo de base do mecanismo de ajuste.

A cimeira dos chefes de Estado e de Governo da União Africana (UA) e o Conselho de Ministros da AfCFTA, orientaram as duas instituições para apoiarem os Estados partes a ajustarem-se ao novo ambiente comercial liberalizado e estabelecido pelo Acordo da Zona de Livre Comércio. O Fundo de Ajuste é composto por três fundos, sendo o de base, geral e de crédito, que apoiará os países africanos e incentivará o sector privado a participar efectivamente no novo ambiente comercial, estabelecido no âmbito da AfCFTA.

O Fundo de Base consistirá em contribuições dos Estados partes, subsídios e assistência técnica, para lidar com as perdas de receitas tarifárias, à medida que as tarifas são progressivamente eliminadas, e apoiará os países na implementação de várias disposições do acordo, seus protocolos e anexos.

Já o Fundo Geral mobilizará financiamento concicional e o de Crédito mobilizará o financiamento comercial, para apoiar os sectores público e privado, permitindo-lhes ajustar e aproveitar as oportv unidades criadas pelo AfCFTA.

## NTONI A'NZINGA PREOCUPADO COM COMBATE À CORRUPÇÃO E COM AS ELEIÇÕES

# “Nunca houve transparência em Angola”



**RELIGIÃO.** Reverendo Ntoni A'Nzinga tece duras críticas à governação, por causa da “falta de transparência” no combate à corrupção, receia haver “intolerância política” e crítica o acordo entre o Governo e a Igreja Católica.

Por Redação

O reverendo Ntoni A'Nzinga critica, em entrevista à Rádio Essencial, a governação angolana por “nunca ter sido transparente” na forma como conduz o processo do combate à corrupção e que “não tem resultados significativos na vida dos angolanos”.

Reverendo da Igreja Evangélica Baptista de Angola (IEBA), Ntoni A'Nzinga lembra que foi entre os anos 1980 e 1990 que se criou a primeira instituição especializada no combate à corrupção e nunca se chegou a nomear a entidade que a poderia liderar. “Estão a combater a corrupção com a mesma PGR que não fez nada desde as decisões tomadas a nível do congresso do partido (MPLA) e do Parlamento”.

Ntoni A'Nzinga critica ainda a forma como, “coercivamente”, se têm retirado os bens a alguns empresários, sem explicações. “A transparência é regra da democracia, falta isto em Angola desde o início, apesar de todo o barulho que temos feito”, sublinhou. Como exemplo da falta de transparência, questiona-se sobre o destino dos “milhões recuperados pelo Estado”, ao mesmo tempo que Angola continua a “recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial para empréstimos financeiros”. Por isso, reafirma “não haver clareza”. “Posso aceitar

que têm recuperado alguma coisa, mas o meu problema é que não se declarou o total que foi roubado.”

Além da corrupção, o reverendo chama a atenção para a “intolerância política” que, para ele, “ganhou força em todo o país ao ponto de as pessoas não pensarem que é intolerância quando se encontram numa situação de intolerância”. Para reforçar a ideia, Ntoni A'Nzinga alerta que se chama “intolerante aquele que exprime as suas ideias e pensamentos e tolera quem abusa do poder do Estado”.

O líder religioso critica igualmente o comportamento dos políticos, considerando que os partidos, em Angola, “não estão ao serviço do povo”, que todos eles “lutam apenas para alcançar o poder” e que se “transformaram em espaços de controlo de poder”.

O papel da Igreja Católica e as relações desta com o Governo mereceram fortes críticas de Ntoni A'Nzinga. O reverendo garante que ainda aguarda por explicações do executivo e da hierarquia católica para justificar a renovação da Concordada. Ntoni A'Nzinga entende que o Governo não está a tratar todas as igrejas em pé de igualdade e, caso não haja explicações formais, admite que a IEBA possa apresentar um protesto ao Governo.

Ntoni Nzinga foi o convidado do Programa Essencial Entrevista, da Rádio Essencial, transmitido às terças-feiras, depois das 17.30 com reposição quarta-feira, depois das 9 da manhã

## Economia/Política

NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS

# Angola perdeu mais de 643 mil milhões kz com a destruição de liamba

## AGRICULTURA.

Há países africanos a caminharem, a passos largos, para a comercialização livre da canábis para fins medicinais. Especialistas alertam para a necessidade de se criarem mecanismos de controlo, caso o Governo opte pela legalização.



Por Pedro Nvakata

Angola terá ‘queimado’ cerca de 643,9 mil milhões de kwanzas, o equivalente a mais de 1.231 milhões de dólares com a destruição de liamba, no período entre 2019 e 2021, segundo cálculos do Valor Económico considerando as quantidades destruídas e o preço médio internacional, praticado legalmente.

Dados da Direcção de Combate ao Narcotráfico do Serviço de Investigação Criminal (SIC) apontam para uma destruição de 56,2 mil quilos, entre 2019 e 2021. No mercado internacional, o produto está a ser comercializado por 22,8 dólares/grama. O que significa que Angola perdeu 1,2 mil milhões de dólares.

De acordo com dados disponibilizados pelo SIC, 2019 foi o

ano em que houve maior produção e, conseqüentemente, mais destruição de liamba, a designação popular da canábis, segundo números oficiais, foram destruídos, ao todo, cerca de 21 mil quilos de canábis, correspondente a cerca de 478 milhões de dólares.

Em 2020, por exemplo o SIC destruiu perto de 20 mil quilos correspondendo a cerca de mais de 450 milhões de dólares. Já em 2021, com a destruição de 15 mil quilos de liamba ‘queimaram-se’ mais de 350 milhões de dólares.

A nível mundial, há 40 Estados, entre os quais 10 africanos, que permitem o uso da droga para fins medicinais. Estima-se que, nos próximos anos, 60 países poderão liberalizar este tipo de droga. Em Angola, o cultivo da erva e a conseqüente legalização continuam proibidos, mas os especialistas mostram-se cépticos

Valor correspondente à destruição de canábis nos últimos três anos		
Ano	Quantidade destruída	Valor correspondente
2019	20 921,691kg	239 mil milhões de kwanzas
2020	19 848,202 kg	227 mil milhões de kwanzas
2021	15 445,236 kg	179 mil milhões de kwanzas

quanto à possibilidade de ser legal. O economista Fernando Heitor, por exemplo, sem acreditar na rápida implementação de licenças para a exportação do produto, entende que “se deve, primeiramente, solidificar a estrutura de saúde, sobretudo de fiscalização”. “Os outros países, para chegarem a esta situação, fizeram bastantes estudos. Deve-se ter uma estrutura solidificada de fiscalização e de saúde. Um país que não tem estrutura de saúde a funcionar em condições e sem uma estrutura de fiscalização, não pode ainda apostar nesse tipo

de iniciativas”, afirma.

Sem se mostrar contra ou a favor, Fernando Pacheco, engenheiro agrónomo, admite “apoiar a iniciativa caso se criasse uma comissão multisectorial”, composta pela Saúde, Defesa e Segurança. E acrescenta que, com base em estudos, “atesta-se a viabilidade socioeconómica do negócio”. Entre outras, destaca a necessidade de se diversificarem as fontes de receitas, apelando a uma fiscalização redobrada, em caso de o Governo optar pela legalização desse ‘subsector’ agrícola.

Já o economista Leão Peres alerta para as dificuldades dos mecanismos de controlo. “Não sei se as nossas instituições estariam com capacidade de controlar a circulação de alguns gramas para fins medicinais”, argumenta. Peres acredita que já é altura de se olhar para a liamba como uma fonte de receita tradicional. “Já foi provado que tem efeitos medicinais, então pode-se potencializar e licenciar a produção e funcionar como fonte de receitas”, sublinha, no entanto, que se deve salvaguardar os mecanismos de controlo, junto dos órgãos ministeriais.

O Lesoto foi o primeiro Estado africano e da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) a legalizar o cultivo da canábis para fins medicinais ou científicos. Seguiram-se a Eswatini (antiga Suazilândia) e a África do Sul e, já em 2019, a Zâmbia e o Zimbábue.



**PRESIDENTE** da República aprovou crédito adicional especial de mais de 4,841 mil milhões de kwanzas para a cobertura das despesas inerentes ao processo eleitoral.



MOEDAS COMEMORATIVAS

# Economistas criticam investimento de 1,6 milhões USD

O Banco Nacional de Angola (BNA) investiu 1,6 milhões de dólares na emissão das moedas metálicas comemorativas de 200 kwanzas, que devem entrar em circulação a partir de Abril, em alusão ao 20.º aniversário do 4 de Abril. A produção, já em fase final, está a cargo da empresa russa Goznak.

Para os economistas Eduardo Manuel, Leão Peres e Fernando Heitor, trata-se de uma decisão “mal tomada”, visto que o país atravessa momentos críticos com a pandemia que agravou a crise económica.

“Não é uma boa altura para fazer esta despesa quando temos vários problemas agravados pela pandemia”, entende Eduardo Manuel, sugerindo que se fizesse

a referida emissão numa outra ocasião de menos pressão socioeconómica.

Longe de causar qualquer impacto inflacionário no mercado, “por se tratar de uma moeda não fiduciária”, Leão Peres observa que se trata de um investimento que não se adequa, diante das “prementes necessidades que temos em termos de pagamentos”. Uma posição apoiada pelo economista e político Fernando Heitor, que se mostra “escandalizado” com a iniciativa presidencial que passou pela aprovação da Assembleia Nacional, num momento em que, em todo o país, a fome afecta as populações.

“Há coisas mais estruturantes do que estes simbolismos e brincadeiras todas para tratar. Têm de se preocupar em cuidar da fome e do bem-estar do povo”, recomenda.

A emissão foi autorizada em Novembro passado pela Assembleia Nacional, mediante proposta legislativa do Presidente da República. O relatório fundamenta que a mesma contribuirá para “a unidade e a coesão nacional, promovendo a paz e a angolanidade, bem como o valor numismático da moeda nacional, o Kwanza, e proporcionar aos colecionadores mais uma peça valiosa para as suas colecções”.

Durante a última reunião do Comité de Política Monetária, o governador do BNA, José Massano, referiu que a moeda entra em circulação efectiva no dia da Paz. “A nossa intenção, e tudo está a ser feito para que assim aconteça, é que elas entrem em circulação no dia 04 de Abril de 2022, e assim poderemos assinalar essa data tão importante para todos nós angolanos”, acentuou.

## Todas as terças-feiras Angola tem mais...



Descarregue a App

Assinaturas:

assinaturas@gem.co.ao  
comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792

Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

# Mercados & Negócios

GESTÃO DO PORTO DO LOBITO ABRE 'GUERRA' INTERNACIONAL

## Grupo filipino contesta resultado e acusa chineses de “manipulação”

**CONTRATAÇÃO PÚBLICA.** Concurso para a gestão do terminal do Porto do Lobito pode acabar nos tribunais. Em apenas três meses, Comissão de Avaliação atribuiu e retirou a gestão ao grupo ICTS. Filipinos acusam o concorrente chinês, o grupo CITIC/SPG, de ter “manipulado” os resultados e de apresentar uma proposta “irrealista” que coloca investimentos do Estado em causa.



Por Emídio Fernando

A empresa International Container Terminal Services (ICTS) prepara-se para contestar, ameaçando “recorrer a todos os meios legais até às últimas instâncias”, o resultado do concurso público que atribuiu a gestão do Terminal Polivalente do Porto Comer-

cial do Lobito ao consórcio chinês Citic/Shandong Port Group.

Os termos e os argumentos da contestação seguiram por carta, datada de 13 de Janeiro, enviada à Empresa Portuária do Lobito e assinada pelo chefe regional do grupo para África, Médio Oriente e Europa, Hans-Ole Madsen. Na contestação, a que o Valor Económico teve acesso, o grupo ICTS, representado em mais de 30 países e com sede em Manila, nas Filipinas, acusa a concorrência chinesa, o consórcio China Interna-

tional Trust Investment Corporation (CITIC) e Shandong Port Group de ter feito uma “tentativa deliberada de manipular o sistema de pontuação de propostas”, durante o concurso público.

No centro da contestação está a alteração da proposta avançada pelo grupo estatal chinês, concorrente do grupo filipino. Na primeira fase da candidatura à gestão do porto, o grupo liderado pela CITIC propôs-se fazer um investimento no terminal do Lobito de 600 mil dólares. No

entanto, na fase seguinte e depois de saber os resultados, alterou os valores propostos. ‘Saltou’ dos 600 mil dólares para uma previsão de investimento de 2,8 milhões de dólares, sem justificar a discrepância de valores ou explicar que tipo de investimentos estará disposto a fazer.

A alteração foi decisiva para modificar o resultado do concurso. No primeiro relatório, o grupo filipino surgiu em primeiro lugar, com 16,8 valores (em 20), derrotando a proposta chinesa que se quedou

pelos 11,1. Mas, na segunda fase, o grupo CITIC venceu o concurso com uma nota de 18,2, contra 17,7 atribuída à ICTS.

Nesta fase derradeira, o grupo chinês acrescentou a intenção de liderar a gestão do terminal de cargas, destinado a suportar o transporte de minerais. É aqui que reside a maior contestação. O grupo filipino lembra que o concorrente chinês pretende utilizar também esse terminal destinado aos minerais, o que não está previsto no caderno de encargos do

*O Porto do Lobito foi um dos investimentos mais fortes de José Eduardo dos Santos, com a intenção de o transformar no maior porto de Angola, com capacidade de movimentar 3,6 milhões de toneladas por ano.*

# 11,1

Primeira nota (de 0-20), atribuída ao grupo CITIC, vencedor do concurso do terminal do Porto do Lobito

# 3,6

Toneladas/ano, capacidade do terminal mineral do Porto do Lobito.

# 3,8

Milhões de dólares, Segunda proposta apresentada pelo grupo CITIC, no concurso público para a gestão do terminal do Porto do Lobito.

# 600

Mil dólares, Investimento proposto inicialmente pelo grupo CITIC, no concurso público para a gestão do terminal do Porto do Lobito.



## Segunda derrota filipina

Em apenas dois anos, é a segunda vez que o grupo filipino ICTS perde um concurso público de grande envergadura para a gestão de terminais em Angola. Tal como da primeira vez, prepara-se para recorrer aos tribunais e, novamente, contestando as alterações no concurso. Em Dezembro de 2020, a gestão do terminal do Porto de Luanda foi atribuída à DP World, depois de um concurso com reviravoltas. O grupo do Dubai ficou em terceiro lugar, com notas baixas. Depois de ter recorrido, chegou ao primeiro lugar, num processo

contestado pelo grupo filipino, argumentando com uma série de irregularidades, entre as quais, a alteração de normas do concurso público. O grupo recorreu aos tribunais, mas perdeu. O Tribunal Supremo deu razão ao Ministério dos Transportes, que validou a decisão da Comissão de Avaliação.

Pela segunda vez, o ICTS vê-se envolvido num concurso, em que chegou a ficar em primeiro e acabou derrotado. De novo, ameaça levar o processo até “à última instância”.

O grupo filipino, com sede nas Filipinas, gere por-

tos desde 1987, em África, Europa, Ásia, Médio Oriente e América. Gere actualmente 34 terminais em 20 países.

O CITIC é um grupo estatal chinês, sob a responsabilidade directa do Ministério das Finanças, com sede em Beijing, e sem experiência na gestão de portos. O seu site oficial destaca que o conglomerado dedica-se a serviços financeiros, construção, recursos energéticos e “outros negócios”. Em Angola, construiu o Kilamba e tem um projecto parado no Futungo, em Luanda, para a construção de uma urbanização.

“comprometimento com a reconstrução nacional”, sublinhando ter construído a cidade do Kilamba e de ter participado no Planageo e em projectos sociais.

Apesar de ter dado uma nota elevada, no relatório final, ainda assim, a CAC sublinha que o grupo chinês tem o investimento “fortemente condicionado à conclusão das infra-estruturas e à implementação da ligação da rota Logística Oeste ao Porto do Lobito” e que isso “é vital para a viabilidade da concessão, recorrendo à exportação dos produtos de minério” produzidos pela RDC e pela Zâmbia.

Por outro lado, o ICTS assegura, na contestação, que, “ao contrário da proposta do CITIC/SPG, o nosso plano de desenvolvimento estratégico não está fortemente condicionado nem sujeito à realização de outros factores/eventos”. Por fim, sublinha que o grupo está “preparado para entregar e executar imediatamente o plano de desenvolvimento proposto na íntegra”.

Na proposta, alterada em Novembro, o grupo CITIC propõe-se aproveitar as valências deste terminal, mas reduzindo a sua capacidade, dos actuais 230 mil contentores anuais para os 100 mil. O grupo ICTS encontra nesta proposta uma “violação das regras da contratação pública”. Em contrapartida, a ICTS propôs o aumento de capacidade para os 600 mil contentores/ano, com a possibilidade de usar o terminal do porto seco. Esta comparação entra também nas contas do grupo filipino para contestar as notas.

Até ao fecho desta edição, não foi possível ouvir os argumentos do grupo CITIC.

### O MAIOR DE ANGOLA

O Porto do Lobito foi um dos investimentos mais fortes de José Eduardo dos Santos, com a intenção de o transformar no maior porto de Angola, com capacidade de movimentar 3,6 milhões de toneladas por ano. Foi inaugurado em Agosto de 2014 e previa a criação de um terminal de carga que permitisse albergar os contentores da rota dos Caminhos-de-Ferro de Benguela. Cálculos, na altura, indicavam que o Estado tinha investido um 1,250 mil milhões de dólares, o que representava 1% do Produto Interno Bruto (PIB). Só o ano passado, o Governo abriu o concurso público para a gestão deste porto, cujo prazo terminaria a 7 de Dezembro, mas o Ministério dos Transportes decidiu prorrogá-lo por mais 45 dias.

porto do Lobito, sublinhando que o concurso se destina apenas à gestão do terminal de carga geral.

Na contestação, a concorrente ICTS chama a atenção da Comissão de Avaliação do Concurso (CAC) para o que classifica de “um vertiginoso incremento”. Fonte ligada à ICTS vai mais longe e adjectiva a mudança da proposta como “infantil” e “uma manobra”, sugerindo que essa alteração foi unicamente provocada por ter percebido que a proposta filipina “tinha mais con-

sistência”. A empresa questiona, à CAC, os critérios, afirmando que a “viabilidade da proposta financeira do CITIC/SPG é altamente irrealista”, porque “o plano de negócios não apresenta alterações ou melhorias materiais”.

**MUDANÇAS EM TRÊS MESES**  
O entendimento da CAC foi outro ao atribuir uma nota superior ao grupo chinês. No entanto, a comissão chegou a ter um outro parecer. Quando foi divulgado o resultado

do concurso, em Novembro do ano passado, rapidamente o consórcio chinês, entretanto derrotado, se apressou a contestar. Na resposta, a Comissão de Avaliação respondeu que “nada teria de alterar nas classificações”, garantindo, ao Valor Económico, que “atribuiu as notas com base na metodologia que constava no programa do concurso”.

Quase três meses depois, inverte as notas, mas mantém as mesmas justificações. Ou seja, servem para explicar dois resultados diferentes

com o denominador comum de “terem respeitado os critérios do concurso público. Fonte da comissão remete as explicações para os relatórios assinados pelos seus membros e lembra que o grupo filipino tem “um fórum próprio para recorrer”.

O grupo CITIC contestou as notas do primeiro relatório com o argumento de que “levantavam algumas dúvidas” e que as propostas deveriam ser “reais e não virtuais”, numa indirecta ao concorrente. Por fim, o grupo chinês lembrava o seu

# Mercados & Negócios

BANCO CENTRAL REVOGOU LICENÇA

## Inviabilidade económica obriga BIC Cabo Verde a encerrar portas



Fernando Teles, PCA do extinto Banco BIC Cabo Verde

**BANCA.** Fernando Teles garante que desistiu da intenção de solicitar, junto do Banco de Cabo Verde, a transformação de banco com actividade de “autorização restrita” para um banco de “autorização genérica”.

Por César Silveira

**O**s accionistas do Banco BIC Cabo Verde desistiram da intenção inicial de transformarem a instituição em um banco para clientes residentes para se conformarem à legislação em vigor desde 2020 que determinava o fim dos bancos específicos para não residentes.

Na semana passada, sem avançar as razões, o Banco de Cabo Verde tornou pública a decisão de revogar “a autorização do Banco BIC Cabo Verde, S.A. concedida pelo Ministério das Finanças e Planeamento, através Portaria n.º 37/2013, de 24 de Julho, para o exercício da actividade de instituição de crédito de autorização restrita”.

Ao Valor Económico, Fernando Teles, um dos accionistas do banco, explicou que a situação resultou da decisão dos accionistas de não transformar o BIC Cabo Verde em uma instituição financeira local.

“Ainda iniciámos o processo de transformação, mas muito cedo desistimos, nem chegámos a dar entrada porque não há condições. Entendemos não

# 2,9

Milhões de euros, prejuízo registado pelo banco no exercício económico e financeiro de 2020

### MEMORIZE

- O Banco BIC iniciou operações em Cabo Verde, em 2013, na sequência da aquisição do português BPN, então detentor do BPN-IFI, que deu lugar ao BIC Cabo Verde.

existirem condições económicas, em Cabo Verde, para mais um banco para residentes”, assegurou o banqueiro.

A intenção de avançar com a transformação em banco para residentes constava do relatório e contas da instituição de 2020. “Não obstante as dificuldades, é de relevar a decisão tomada pelos accionistas do banco BIC de solicitar junto do Banco de Cabo Verde a transformação de banco com actividade de ‘autorização restrita’, para um banco de ‘autorização genérica’ e, desta forma, possibilitar a realização de operações financeiras igualmente com clientes residentes”,

lê-se na mensagem do presidente do conselho de administração do BIC-CV, Fernando Teles, no relatório e contas.

Em 2020, Cabo Verde aprovou nova legislação e uma das alterações era o encerramento compulsivo dos bancos com autorização restrita que funcionavam no país, apenas para clientes não residentes, considerados offshore. Estes bancos tinham até 31 de Dezembro de 2021 para se transformarem em bancos para residentes.

Além do Banco BIC, estavam, nesta condição, os portugueses Montepio Geral, Banco de Fomento Internacional (BFI) e Banco Privado Internacional (BPI). O BPI foi o único que se transformou em banco para residente, tendo recebido a autorização em Junho de 2021.

O Montepio anunciou a sua dissolução voluntária em Setembro de 2021. O BPI foi o primeiro a fazê-lo, ainda em Dezembro de 2020.

O Banco BIC iniciou operações em Cabo Verde em 2013 com investimento inicial de mais de 30 milhões de euros na sequência da aquisição do português BPN, então detentor da totalidade do capital do BPN-IFI. Em 2020, terminou com prejuízo de 2,9 milhões de euros, depois dos resultados positivos de 2018 (5,2 milhões de euros) e 2019 (6,021 milhões euros).

DEPOIS DE QUASE dois anos de ausência em eventos do género, Isabel dos Santos participou, na semana passada, num fórum de investimento organizado pela Cabo Verde Trade Invest no Dubai.

EXIGEM URGENTE INTERVENÇÃO DO BNA PARA SALVAR NEGÓCIO

# Casas de câmbio queixam-se de dificuldades no acesso às divisas



**DINHEIRO.** Responsáveis das casas de câmbio e de remessas contrariam as garantias do BNA sobre a inexistência de dificuldades no acesso às divisas. E acusam o regulador de criar “concorrência desleal”.

Por Guilherme Francisco

Ao contrário da informação oficial do BNA de não haver qualquer dificuldade no acesso às divisas, as casas de câmbio e de remessas encontram “imensos constrangimentos” para acederem a moedas estrangeiras. A principal razão prende-se com o facto de dependerem dos bancos comerciais, já que não podem adquirir directamente na plataforma da bloomberg, que nem sempre lhes vende o volume desejado.

Responsáveis de empresas afirmam estarem a viver dias “angustiantes” e “dramáticos”. Carlos Fernandes, da Câmbios Fernandes, por exemplo conta que, numa semana, chega a fazer, no máximo, três a quatro compras, não suficiente

para responder às solicitações, ainda que a procura tenha reduzido quase para a metade. “Não têm como vender porque os grandes comerciantes vão à banca comercial”, explica.

O director da Sukulider, Vitorino Baptista, refere que a dificuldade começou desde a determinação do BNA de as casas de câmbio e de remessas adquirirem moeda estrangeira exclusivamente aos bancos comerciais. E entende que se trata de uma medida que incita o monopólio, pois a banca comercial é vista como um concorrente. “O banco, de antemão, encara-te como um concorrente, então, como é que um concorrente vai liberar matéria para o teu sustento?”, questiona.

Outra questão que inquieta as empresas é o facto de comprarem as moedas estrangeiras ao mesmo preço que um cliente comum. O que lhes tem retirado grande parte dos clientes visto que revendem com

margem acrescida. À semelhança de Vitorino Baptista, a administradora da MaxPay, Alice Moreira, embora não tenha tanta dificuldade no acesso às divisas, fruto da “boa relação” com a banca, defende “mudança urgente” no modo de aquisição, permitindo que o façam directamente na plataforma da bloomberg.

“Ficariamos em pé de igualdade com os bancos. Logo, ficariamos em vantagem porque temos atendimento personalizado e rapidez que o banco não presta. Para sobreviver, precisamos de estar do pé de igualdade com os bancos”, insiste a administradora, que, desde o início da crise, encerrou nove dos 10 balcões e foi obrigada a despedir 39 funcionários.

Um outro responsável, que prefere não se identificar, culpa o regulador pela situação em que as empresas se encontram. Mandou dois funcionários para o desem-

prego e prepara o encerramento da actividade de câmbios.

“Não estamos a ser bem tratados, em termos de concorrência, pelo BNA. Esta situação está a fazer com que as casas de câmbio se tornem negócios obsoletos, inviáveis”, lamenta.

## INFORMAL CONTINUA NA ‘CARA’ DO BNA

Os administradores das casas de câmbio contradizem o governador do BNA, José Massano, para quem as kinguilas deixam de constituir preocupação. Alice Moreira e Vitorino Baptista referem que, enquanto as instituições financeiras bancárias não forem potencializadas, o informal continuará a ganhar terreno. E ambos desconfiam da existência de um “esquema bem montado” que facilita aos operadores informais o acesso às divisas a preços mais reduzidos, contrastando com as dificuldades por que passam os

operadores formalizados. “A rua consegue comprar melhor que nós porque vende melhor, logo a rua compra mais barato do que nós”, suspeita Alice Moreira.

Recentemente, na última reunião do Comité de Política Monetária, o governador do BNA referiu que há um aumento de recursos cambiais no mercado, o que contribui para o equilíbrio e consequente apreciação do kwanza, sublinhando que há uma oferta acima da procura.

“O facto de ter retirado muitas das barreiras burocráticas que tínhamos para o acesso a recursos cambiais, não temos, nesta altura, reclamações de operações de transferência para o exterior, de aquisição de moeda estrangeiras. O mercado informal, que é sempre alternativo, não tem qualquer expressão, no entanto, já não é uma preocupação”, defendeu Massano.

## ASSOCIAÇÃO PREVÊ FALÊNCIA

Hamilton Macedo, presidente da Associação das Casas de Câmbio, classifica o 2021 como “a sequência dos anos negros” que atingiram o sector. E sublinha que muitos operadores optaram por fechar portas por “desmotivação e falência”, além dos casos em que o BNA se encarregou de revogar as licenças ou suspender as actividades, por alegadas violações à lei. “Foi um ano em que encerraram casas de câmbio e um dos motivos é a incapacidade de resistência, que gera falência e incumprimentos. Há uma série de factores combinados que geraram um resultado pouco abonatório para o nosso sector”, lamenta.

Nos últimos dois anos, a entidade reguladora revogou a licença e suspendeu a actividade de quase metade das casas de câmbio num universo de 52 registadas, conforme lista disponível no seu site.

## DE JURE

PROMULGADA HÁ 12 ANOS

# Juiz considera CRA “com mais direitos fundamentais”

Por Redacção

A Constituição da República de Angola (CRA) é uma das Leis Magnas “com mais direitos fundamentais reconhecidos”, na medida em que remete para o próprio Direito Internacional acordos e tratados de que o país faz parte. Pelo menos esta é a visão do juiz jubilado do Tribunal Constitucional Onofre dos Santos.

Em declarações à RNA esta

segunda-feira, a propósito dos 12 anos da promulgação da CRA, o constitucionalista disse que se trata de um “aspecto positivo”. “Mesmo que não figurem na Constituição, todos esses direitos fundamentais são reconhecidos”, afirmou Onofre dos Santos, considerando que a lei aponta para o sentido do cumprimento dos direitos económicos, culturais e sociais.

Como ponto forte da Constituição, o juiz indica também o reconhecimento do costume como fonte de Direito e salienta que esse aspecto não estava previsto em nenhuma das leis anteriores. “Este reconhecimento representa um aspecto muito

importante em relação àquilo que é o respeito pelos nossos valores ancestrais e pela História de Angola”, sublinha.

A ausência na Constituição da dupla responsabilidade do Executivo perante o Parlamento e o Presidente da República é apontada, entre outros, pelo constitucionalista, como um dos grandes desafios por concretizar.

## CRA PROMULGADA HÁ 12 ANOS

No âmbito das celebrações dos 12 anos de promulgação da Carta Magna.

O Tribunal Constitucional realizou hoje, em Luanda, uma



Adérito Areias, produtor que tem 50 toneladas em stock

conferência sobre a supremacia da Constituição e a Justiça Constitucional, num evento que contou com a presença do Vice-Presidente da República, Bor-nito de Sousa.

A agenda comportou a aná-

lise da memória, actualidade e o futuro da CRA, sendo que a conferência constitui o ponto mais alto da comemoração dos 12 anos da promulgação da Constituição, que se assinalou a 5 de Fevereiro de 2010.

PARA RICARDO SALGADO

## MP português pede 10 anos de prisão



O Ministério Público português pediu, esta terça-feira, uma pena única não inferior a 10 anos para Ricardo Salgado por três crimes de abuso de confiança, avançou a SIC Notícias.

Na nona sessão do julgamento, que decorre no Juízo Central Criminal de Lisboa, o procura-

dor do MP, Vítor Pinto, considerou que o ex-banqueiro tinha uma “especial obrigação” de não cometer os três crimes de abuso de confiança de que foi acusado, realçando ainda a “motivação manifestamente egoísta, dada a sua situação económica”, a “persistência criminosa” e a “ausência de arrependimento” do arguido.

“Entendemos que a pena concreta a aplicar a cada um dos crimes não deve ser inferior a seis

anos de prisão. Tendo em conta as regras do cúmulo jurídico, a pena aplicável não deve ser inferior a 10 anos de prisão”, afirmou, perante o ex-banqueiro, de 77 anos, que marcou presença pela primeira vez no julgamento.

Os três crimes de abuso de confiança devem-se a transferências de mais de 10 milhões de euros no âmbito da Operação Marquês, do qual este processo foi separado.

TUDO COMEÇOU NUMA DISCUSSÃO NAS REDES SOCIAIS

# Tornaram-se amigos e são os novos bilionários com menos de 30 anos

**VISÃO.** Dupla brasileira conheceu-se no Twitter, onde discutiam assuntos ligados à informática. Com menos de 30 anos, Dubugras e Franceschi decidiram abandonar os estudos numa das mais prestigiadas universidades do mundo para se tornarem bilionários.

Por Mateus Mateus

**H**enrique Dubugras, de 26 anos, e Pedro Franceschi, de 25, são os mais jovens bilionários com menos de 30 que recentemente entraram na lista da revista Forbes, por cada um possuir mais de 1.5 mil milhões de dólares na FintechBrex, que os dois fundaram em 2017 e a empresa foi avaliada em 12.3 milhões de dólares no ano passado.

Ambos conheceram-se num caloroso debate sobre ferramentas de codificação de computa-

ção, no Twitter, quando ainda frequentavam o ensino médio, em 2012. Viviam em cidades diferentes. Um em São Paulo e outro no Rio de Janeiro. Os debates que mantinham no Twitter eram interrompidos por conta de a plataforma só permitir 140 caracteres para texto, daí que entenderam passar a discussão para o Skype e falar por mais tempo. “No Skype, não podíamos brigar tanto e tornámo-nos melhores amigos”, recorda Dubugras.

Em 2013, criaram a primeira startup chamada Pagar.me, que permitia que comer-

# 1,5

Mil milhões USD, fortuna estimada de cada um dos novos jovens bilionários brasileiros, segundo a Forbes.

ciantes brasileiros aceitassem pagamentos online. Era uma empresa de 150 pessoas. Três anos depois, venderam-na a uma fintech de pagamentos maior chamada Stone. E com o valor desta venda mudaram-

-se para os EUA para se formar em ciências da computação na Universidade Stanford, uma das instituições de ensino mais prestigiadas do mundo, com bolsa da Fundação Estudante.

Dubugras e Franceschi fundaram a Brex, em 2017, depois de deixarem a Stanford no primeiro ano e, dois anos depois, ganharam lugares na lista ‘30Under 30 Finance da Forbes’.

A Brex, com sede em São Francisco, Califórnia (EUA), destacou-se com um cartão de crédito corporativo adaptado às necessidades das startups. A ideia agora é reformulá-lo.



# (In)formalizando

GPL CONTROLA MAIS DE 200

# Mercados informais renderam mais de 792 milhões kz em 2021

**COMÉRCIO.** Governo Provincial de Luanda não sabe quantas pessoas trabalham nos mercados informais. Dados do 'Inquérito ao Emprego em Angola', do INE, indicam que os mercados informais são os que empregam maior parte da população economicamente activa.



Por Mateus Mateus

O Governo Provincial de Luanda (GPL) controla 208 mercados espalhados em todos os municípios da capital e, durante o ano de 2021, esses espaços geraram uma média de 66 milhões de kwanzas/mês para os cofres do Estado, elevando para mais de 790 milhões os ganhos anuais.

O maior aglomerado de mercados está no município de Viana, por sinal, o mais populoso, que conta com 77. Seguem-se o município de Cacuaco com 27, de Luanda com 24 e do Cazenga com 17. Kilamba Kiaxi e Talatona contam com 14 mercados cada um, o Icolo e Bengo e Quiçama com 12 cada um, ao passo que o município de Belas aparece na cauda com 11 mercados.

Dados do 'Inquérito ao Emprego em Angola', realizado em 2021 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), indicam que por seu termo os mercados infor-

mais são os que empregam maior parte da população economicamente activa "Em Angola, grande maioria das pessoas empregadas tem emprego informal, 80,2% (8 680 137 pessoas)", atesta o mesmo inquérito.

O GPL afirma não ter dados concretos do número de pessoas que trabalham em todos os mercados informais de Luanda e garante que só terão estes dados depois de se apresentarem os resultados das campanhas a decorrer nos mercados, como o Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) e outras

acções que estão a ser desenvolvidas localmente.

Recentemente, o governo de Luanda orientou as administrações municipais a implementarem campanhas de sensibilização e registo dos vendedores ambulantes, além da definição de locais para o exercício da venda ambulante e a dinamização de feiras municipais, com a definição de locais permanentes para a sua realização e os dias de semanas. As autoridades da província instruíram ainda a necessidade do asseguamento do cumprimento escrupuloso dos princípios legais para o

exercício da actividade de comércio ambulante, a fim de mitigar-se a venda em locais inapropriados. Para o governo, a venda ambulante, apesar de ser uma actividade reconhecida legalmente, não deve ser efectuada "nos moldes como é exercida actualmente". O artigo 13.º da Lei n.º15/19 define vendedores ambulantes como as pessoas que transportam produtos e mercadorias do seu comércio, por si ou por qualquer meio adequado os vendam ao público consumidor pelos lugares em que transitam ou outros que a Administração Local colocar à sua disposição.



Solda  
do vivo



# VDS

VALENTINE'S DIAMOND SHOW

19.FEV.2022

DAS 18h30 ÀS 22h | HOTEL DIAMANTE

JANTAR DE GALA | DESFILE DE JOIAS COM DIAMANTES | SHOW INTIMISTA

PARA MAIS INFORMAÇÕES

☎ 936 727 137 | 998 727 137

✉ [eventosbumbarmedia@gmail.com](mailto:eventosbumbarmedia@gmail.com)



Parceiros



Media Partners



# Opiniões

## E agora pergunto eu...



**Geralda Embaló**  
Directora-Geral  
Adjunta

**N**uma semana em que me calharam mil perguntas em torno da tentativa de golpe de Estado na Guiné-

Bissau porque o meu sobrenome é o mesmo do presidente daquele país, (não conheço o presidente que poderá ser ou não família, perdi o meu pai muito cedo e com ele o contacto com a família paterna), coincidentemente também a família materna, de sangue mucubal, fez marca na actualidade depois de circular bastante um vídeo feito no Virei, precisamente o município onde nasceu a minha mãe. No vídeo, uma Sra. com a cara do Presidente da República esticada na barriga dizia que ‘representava uma nova direcção que queria ter proximidade com as populações e entender os seus problemas’. Antes tarde que nunca... mesmo que, depois de quatro anos, e a meses de eleições – política a quanto obrigas...

Porque políticos são políticos (independentemente de partilharem o meu sobrenome), a tentativa de golpe de Estado na Guiné teria sempre possibilidade de se tratar de uma operação de falsa bandeira como aquelas que eu descrevia neste espaço recentemente a propósito da vandalização da sede o MPLA em Benfica que foi considerada terrorismo. Mas francamente, e depois de se confirmarem 11 mortos, só posso esperar que não seja esse o caso porque não há manipulação política que valha vidas humanas que vão fazer falta às suas famílias e criar mais passivo de violência que uma Guiné, que, desde a independência, já viu quatro golpes de Estado consumados e muitas mais tentativas falha-



das com muitos mortos à mistura, certamente não precisa. Esta será também uma prova séria à liderança do meu possível parente porque, tanto a nível interno como externo, todos os olhos estarão postos no que faz a seguir, e se aproveita, como fazem frequentemente os autores das operações de falsa bandeira, para perseguir opositores e aumentar poderes. As instituições internacionais foram peremptórias a condenar a tentativa de golpe que, depois de três golpes de Estado em África nos últimos 18 meses, se torna mais uma a demonstrar a fragilidade das democracias africanas.

A propósito de perseguir opositores e aumentar poderes – os hábitos feios das lideranças viciadas no poder – e voltando ao país que celebrou mais um aniversário do início da luta para a Independência, no vídeo a Sra. com a

cara do Presidente na barriga dizia que “o camarada João Lourenço mandou um recado para o povo do Virei, estamos a tentar, como vocês estão a ver, o Kwenda já chegou aqui e como chegou o Kwenda, outras coisas mais vão chegar para ajudar o povo do Virei”.

Mas e agora pergunto eu, o camarada esticado na barriga da senhora quando pediu ao Parlamento que reapreciasse a Lei Orgânica sobre as Eleições, não disse que era para, passo a citar, “reforçar a lisura e verdade eleitorais no quadro da concretização do Estado democrático de direito, garantindo igualdade entre concorrentes, sã concorrência?” É claro que depois contratou a mesma empresa espanhola acusada de corrupção e que participou nas eleições passadas, mas não foi este o recado do camarada para o país? Ora, como é que andam por aí os cabos eleitorais a dizer que o cama-

*Porque políticos são políticos, a tentativa de golpe de Estado na Guiné teria sempre possibilidade de se tratar de uma operação de falsa bandeira como aquelas que eu descrevia neste espaço recentemente a propósito da vandalização da sede o MPLA em Benfica que foi considerada terrorismo.*

rada mandou dizer que o Kwenda já chegou e que vão chegar outras ajudas? É que o Kwenda, que é ali apresentado como projecto, nem do governo, mas do MPLA, tem um ‘projecto sócia’ no Banco Mundial, que põe em causa o seu mentor.

No website do Banco Mundial, podem encontrar-se 13 projectos activos para Angola, sendo que um deles se intitula: “fortalecendo o sistema de protecção social – transferências de dinheiro”. O projecto explica que visa “ser um precursor de um sistema nacional de segurança social que apoie directamente as populações mais vulneráveis”, que o projecto foi aprovado em Julho de 2019 e que aloca 320 milhões de dólares até Outubro de 2023.

O website do Governo de Angola, por sua vez, diz que o Kwenda é um projecto do Governo de Angola que (coincidentemente) tem a duração de três anos e que foi publicado

depois de aprovado em Maio no Diário da República com a denominação ‘Programa de fortalecimento da protecção social de transferências sociais monetárias’. Um nome que, coincidência ou não, parece pouco mais do que uma tradução do programa do nome do projecto do Banco Mundial. Há outras coincidências tanto o Kwenda como o projecto do Banco Mundial serem operacionalizados pelo Fundo de Apoio Social de acordo com o que dizem os dois websites...

Para além de ser feio vir o partido reclamar crédito pelo trabalho que parece ser alheio, o próprio camarada chefe disse que era para promover a lisura e a sã concorrência. É para cumprir ou não?

É compreensível que o partido no poder tenha dificuldade de ter programas positivos e funcionais para elencar como seus no fim do mandato, porque passou quatro anos dedicado a fechar e a confiscar empresas numa substituição frenética de uma elite por outra. É compreensível que, em virtude disso mesmo, se insista na narrativa de que o camarada nas barrigas mandou recado a prometer que vai fazer mais... Mas será sã concorrência e lisura o Kwenda ser mencionado como uma ajuda, nem do Governo, mas do MPLA, porque era na capacidade de representante do partido e com o lenço amarelo na cabeça que a sra. com o presidente na barriga lá estava, no Virei a falar para alguns mukubais (que podem bem ser meus tios que tenho por lá muitos)?

Estas misturas que atropelam funções, juntam em saladas indigestas instituições que se querem independentes para que exista responsabilização e profissionalismo são marca da partidarização do Estado que se tornou normativa.

É claro que fica a pergunta do que terão para dizer os cabos às populações, ao fim de décadas de governo MPLA em que mais de metade da população vive em pobreza extrema? Em que a pobreza multidimensional na área rural é de 87.8%? Mas melhor pergunta será “quando é que o Governo se vai capacitar de que o trabalho que faz para as populações não é ajuda nem favor – mas apenas a sua função?”

Temos ainda meses de malabarismos políticos pela frente, por isso, com votos de que tenhamos todos suficiente barriga para aturar tanta politiquice, querido leitor, marcamos aqui encontro para a próxima e na sua Rádio Essencial.

*A construção de um sólido sistema de prevenção e combate ao BCFT e ADM é eficaz quando todos os componentes do sistema nacional funcionam de forma articulada...*

# Evolução da prevenção e combate BCFT & ADM no sector financeiro



**Nataniel Fernando,**  
Senior Audit  
EY, Assurance  
Financial  
Services

**V**olvidos dois anos desde a entrada em vigor da Lei n.º 5/2020 – ‘Lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, do Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destrução em Massa’ (BCFT & ADM) de 27 de Janeiro de 2020, que decorreu da necessidade de actualização do quadro jurídico angolano sobre esta maté-

ria, verificamos que as instituições têm vindo a definir, desenvolver e implementar mecanismos de controlo de BCFT & ADM, contribuindo, desta forma, para incrementar a integridade do sistema financeiro e a segurança da economia como um todo.

O Banco Nacional de Angola (BNA) emitiu em Maio de 2020, o Aviso n.º 14/2020 – ‘Regras de Prevenção e Combate ao Branqueamento e Capitais e Financiamento do Terrorismo’ (‘Aviso’), à luz da publicação da Lei n.º 05/2020 e neste Aviso, foram introduzidas novas exigências, nomeadamente ao nível (i) dos procedimentos de identificação, avaliação, mitigação de riscos e revisão de modelos de BCFT&ADM, (ii) dos requisitos relativos à implementação de aplicativos informáticos e ferramentas auxiliares ao cumprimento

das obrigações apresentadas pelo Aviso, bem como (iii) a obrigatoriedade de elaboração de sessões de formações com uma periodicidade mínima anual relacionadas com esta temática para todos os colaboradores das instituições financeiras. Adicionalmente, o normativo apresenta a necessidade de envio de um Relatório de Relatório de Prevenção do Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destrução em Massa por parte das Instituições Financeiras ao BNA, até dia 31 de Janeiro de cada ano, reportando-se ao ano anterior, bem como a obrigatoriedade do Órgão de Fiscalização emitir um parecer sobre a qualidade do Sistema de Controlo Interno de Prevenção e Combate ao BCFT & ADM.

Para este desiderato, nos últimos dois anos, foi notável o esforço dos bancos angolanos para o cumprimento deste Aviso, com a actualização das suas políticas internas, revisão dos respectivos modelos, implementação de aplicativos informáticos robustos, bem como a cooperação com a Unidade de Informação Financeira (UIF), no que se refere à prestação de informação exigidas por lei.

A construção de um sólido sistema de prevenção e combate ao BCFT e ADM é eficaz quando todos os componentes do sistema nacional funcionam de forma articulada, com uma permanente interacção e coordenação entre as diversas autoridades competentes e neste sentido, o desafio de continuar a evoluir permanece, até que se garanta a total eficácia da prevenção e combate BCFT & ADM.



# Economia 100 Makas

## Kwanza “esperto” ou “burro”, o que é melhor?

*A política do kwanza forte é mais adequada para combater a inflação, enquanto a do kwanza fraco é mais amiga da diversificação da economia.*



**Carlos Rosado de Carvalho,** jornalista e professor de Economia

O kwanza já se apreciou 5,1% em 2022 – se em 31 de Dezembro de 2021 eram necessários kz 554,981 para comprar uma Dólar, no dia 8 de Fevereiro de 2022 bastavam kz 527,863.

A moeda nacional ampliou os ganhos de 17,1% registados em 2021 – o custo de um Dólar desceu de kz 649,911 em 31 de Dezembro de 2020 para os referidos kz 554,981 no final do ano passado.

Face ao máximo de sempre de kz 561,875, registado no final de Outubro princípios de Novembro de 2020, o kwanza aprecia-se 26,1%.

Ganhos que estão muito longe de anular as perdas registadas depois da liberalização. Comparando com os kz 165,924 de 8 de Janeiro de 2018, último dia antes da liberalização, o kwanza ainda deprecia 68,6%.

Escrevi apreciação/depreciação e não valorização/desvalorização porque a utilização de um ou outro termo depende do regime cambial. Em regime de cambios livres, em que o valor de uma moeda depende do jogo entre a oferta e a procura, usa-se apreciação/depreciação. Já no regime de câmbios fixos, em que a alteração da taxa de câmbio depende da decisão da autoridade cambial, diz-se valorização/desvalorização.

O kwanza está actualmente em máximos desde o início de Abril de 2020, para gáudio de muitos.

Como escrevi aqui no 100 makas de 9 de Novembro nada que surpreenda o governador do Banco Nacional de Angola. A taxa de câmbio do kwanza encontrou o seu

“equilíbrio” num mercado “normalizado” na sequência da liberalização iniciada em Janeiro de 2018. Com as operações “em dia” e as “reservas a crescer”, é “natural” que haja uma apreciação da taxa de câmbio, explicou José de Lima Massano em várias ocasiões.

No essencial, até estou de acordo com o guardião do valor da moeda nacional. Só não estou totalmente de acordo porque inicialmente a fortaleza do kwanza contou com a ajuda da autoridade cambial, limitando os valores a que os bancos comerciais compram os dólares na plataforma da Bloomberg. Mais recentemente o BNA voltou a intervir mas em sentido oposto, comprando dólares ao Tesouro Nacional para evitar uma maior apreciação do kwanza.

Mas não são as causas da apreciação do kwanza que me levam a regressar ao tema cambial. O assunto hoje é se o kwanza forte é bom ou mau para a economia nacional.

O tema não é pacífico nem novo. Há cerca de nove anos, a simples estabilidade da moeda nacional foi objecto de considerações diametralmente opostas no Relatório & Contas (R&C) de 2012 do BNA, então também liderado por Massano, e do

Angola Economic Update do Banco Mundial de Junho de 2013.

“A estabilidade da taxa kwanza em 2012 proporcionou um ambiente favorável à actividade económica, em particular para a importação de bens de capital e para o investimento interno, tendo em perspectiva um crescimento mais robusto da economia nacional. Este facto (...), permitiu a regularidade da execução cambial e da importação de bens para o país”, lia-se no R&C do BNA.

Se o BNA elogiava a estabilidade do kwanza, o BM garantia que “a política de estabilidade da taxa de câmbio nominal do BNA contribuiu para a apreciação da taxa de câmbio real efectiva (TCRE) do kwanza”. O que não é bom para a diversificação da economia. “A TCRE real do kwanza pode estar desalinhada com os fundamentais da economia angolana, penalizando a competitividade do sector não petrolífero”, alertava a instituição multilateral.

Como o próprio nome indica, a taxa de câmbio real efectiva do kwanza tem em conta os diferenciais de inflação entre Angola e os seus principais parceiros comerciais.

Agora, como então, a taxa de inflação média angolana é muito mais elevada do que nos países que

mais mais trocas fazem com Angola — actualmente o diferencial chega a ser superior a 20 pontos percentuais.

Ou seja, agora, como então, o kwanza precisaria de se depreciar para que se mantivesse a competitividade dos produtos nacionais face aos estrangeiros.

Traduzindo do economês, o BNA defendia que a estabilidade nominal do kwanza era boa para a economia porque favorecia o investimento, maioritariamente com recurso a bens importados. Já o BM alertava que tendo em conta que a inflação em Angola era mais alta do que nos seus parceiros comerciais, a estabilidade nominal do kwanza correspondia, na prática, à sua apreciação em termos reais, penalizando o sector não petrolífero, isto é a diversificação da economia.

Como agora estamos a falar de apreciação, quer real, quer nominal, e não de estabilidade, o cenário ainda é pior para a diversificação.

A apreciação de uma moeda torna os produtos estrangeiros mais baratos em moeda nacional e os produtos nacionais mais caros em moeda estrangeira. Isso favorece as importações e prejudica as exportações.

No caso de Angola, alguns ana-

listas não dão importância aos efeitos nocivos da apreciação do kwanza nas exportações. O raciocínio é simples. Angola exporta praticamente um único produto, o petróleo, cujo preço é fixado internacionalmente. Assim sendo, eventuais apreciações do kwanza não aquecem nem arrefecem as exportações angolanas.

Como exporta um único produto cujo preço não depende do valor do kwanza, Angola não fica a perder no mercado externo. Contudo o mesmo não acontece no mercado interno. Os produtos feitos em Angola concorrem com os produtos estrangeiros no mercado nacional. O que quer dizer que quando o kwanza se aprecia, tornando os produtos estrangeiros mais baratos em kwanzas, os consumidores angolanos preferem comprar produtos estrangeiros em vez de nacionais por questões de preço.

Daí o alerta sobre as consequências nefastas da apreciação real do kwanza sobre o sector não petrolífero.

Um facto ao qual o BNA não parecia dar muita importância no R&C de 2012. Também percebo porquê. E não é para favorecer a importação de bens de capital e o investimento interno potenciadores do crescimento económico a prazo. É porque, o banco central estava totalmente focado no controlo da inflação. Num país como Angola, que importa a maioria dos produtos que consome, um kwanza forte favorece a estabilidade dos preços.

Resumindo para concluir, a política do kwanza forte é mais adequada para combater a inflação, enquanto a do kwanza fraco é mais amiga da diversificação da economia.

*\*Por razões de agenda pessoal, reduzi a periodicidade do ‘Economia 100 Makas’ para quinzenal em vez de semanal. Até daqui a 15 dias.*





# Jornal Valor Económico

Visite o site [www.valoreconomico.co.ao](http://www.valoreconomico.co.ao)

Regista-te

**Sobre** [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos teus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

**Fotos** [Ver tudo](#)



**A última edição do Valor Económico dava voz às preocupações dos produtores nacionais de sal quanto ao formato de abastecimento da Reserva Estratégica Alimentar. As publicações da página do VE no Facebook alcançaram esta semana mais de 104 mil internautas sendo que mais de 10 mil interagiram com as publicações através de emoções, partilhas e comentários.**

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Gralhas e discussões pessoais são editadas para publicação.

Leia na íntegra em [www.valoreconomico.co.ao](http://www.valoreconomico.co.ao)

## Facebook/Comentários



**Ruben Mavodi Ernesto**  
A mixa sempre falou mais alto



**Antonio Santos**  
Tendência natural de importação em vez da produção. Sempre o dinheiro do petróleo



**Sérgio Samy Dias Dos Santos**  
Estamos bem tramados com esse governo... Sempre a mixarem? Meu Deus... Até quando?



**Divaldo Cruz**  
Governo de Angola, está a importar sal!!!



**Filomena Oliveira**  
**Divaldo Cruz** Não é verdade. Vai ser comprado aos produtores nacionais



**Divaldo Cruz**  
**Filomena Oliveira** os produtores nacionais reclamaram da importação de sal.



**Filomena Oliveira**  
Os produtores nacionais e as suas associações, o que estão a fazer? Você produz e não faz inteligência corporativa para vender o seu sal, ou outro produto qualquer? Você ouve que vai haver uma Reserva Estratégica Alimentar e conhece a luta dos produtos, e nem sequer é PROACTIVO para ir ao respectivo Ministério pedir informações, de como vender os seus produtos? Em vez disso vão já para o Jornal afirmar que o Governo está a importar sal, bla...bla...bla...sem provas? E assim se perde tempo em assunto que não é assunto, se tivessem tentado vender o seu produto.



**Carlos Celestino Nunes**  
É necessário e urgente o Governo investir em estruturas que concorrem para o apoio e desenvolvimento dos Sectores para a diversificação, sem isso nada possível.



**Rui Batalha**  
**Carlos Celestino Nunes** exatamente e sem muita burocracia, olhe temos uma fábrica de rações em Benguela, há 2 anos produzimos de tudo desde premix, concentrados, rações etc etc... pois é inconcebível não conseguirmos empréstimos nesses programas do Prodesi e bla bla bla... só os dos esquemas conseguimos milhões de dólares e no fim têm preços mais altos e pior qualidade de produtos... assim não vamos lá



**Jose Maria Coelho**  
**Carlos Celestino Nunes** Não tinha conhecimento da existência de uma fábrica de Rações com os premix, concentrados todos produzidos cá. Ora se o Prodesi não apoia é porque os objetivos são outros e não os do incentivo à produção nacional. Mas acho que aí há qualquer coisa que não bate bem, daí não me alongar mais em conjecturas.



**Carlos Celestino Nunes**  
**Jose Maria Coelho** Pois é certo o que diz. Eles na Imprensa/Media é tudo muito bonito, mas a realidade é tudo falhado, só eles é que veem o desenvolvimento, mas de óculos, claro.



**Hermen Bom**  
É só mais um dia normal no circo



**Silvestre Dinho**  
Esse projecto foi mal concebido, na importação dos produtos da sexta básica já não deviam incluir os produtos que tenham excedentes produzidos localmente, deviam era incluir os mesmos obrigando as empresas vocacionas à tal importação da REA a comprar nos produtores locais. Assim não haveria essa situação, e ainda estaríamos a emancipar a produção nacional.



**Jose Gomes**  
Maldição!!!



**Paulo Dombala**  
Só pode ser uma maldição mesmo

**Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2**

**Contribua para manter o jornalismo de qualidade.**

**GEM Angola Global Media, Lda**

Iban:  
**0051 0000 7172 9933 1512 7**

# Covid-19



## NA ESPANHA

### Máscaras deixam de ser obrigatórias em locais públicos

O uso da máscara em locais públicos deixou de ser obrigatório na Espanha, por decisão do governo e dos responsáveis pela saúde das regiões autónomas.

A medida aprovada foi pelo governo espanhol durante a habitual reunião semanal do Conselho de Ministros, que acordou também aumentar a capacidade dos eventos desportivos de 75% para 85% em recintos exteriores e de 50% para 75% em espaços fechados.

## EM VACINAS CADUCADAS

# Angola perdeu quase 6 milhões USD

**A**ngola perdeu o equivalente a 6 milhões de dólares com a não-utilização, por caducidade, de mais de 331 mil doses de vacinas. A informação foi avançada, esta semana, pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Militar do Presidente da República. As vacinas em causa, segundo Francisco Pereira Furtado, não foram usadas em tempo

útil porque “muitos não tomaram a segunda dose prevista”.

As referidas vacinas fazem parte dos 32 milhões doses que Angola recebeu da iniciativa Covax e chegaram em Novembro, ou seja, com menos de dois meses de ‘vida’ útil, como recordou, recentemente, a directora Nacional de Saúde Pública.

Elga Freitas, entretanto, acredita que, “ainda assim”, a vacina foi “muito bem utilizada”, apesar de terem caducado mais de 300



mil doses e aponta, entre as causas, a falha no processo de planificação. Dos 32 milhões de doses, restam ainda 20 milhões.

O relatório sobre a utilização destas vacinas ainda não está fechado e, por isso, Helga Frei-

tas questiona os dados apresentados pelo ministro de Estado. “Não sei aonde é que foram buscar este dinheiro!”, espanta-se, concluindo que “isto é AstraZeneca e nós não compramos AstraZeneca”.

## ALEVIO DAS MEDIDAS

### Portugal deixa de exigir testes negativos

**P**ortugal deixa de obrigar teste negativo ao vírus SARS-CoV-2 para entrar no país, desde as primeiras horas de segunda-feira, bastando a apresentação de um certificado digital covid-19 ou um comprovativo de vacinação reconhecido.

A decisão, que põe fim à medida que estava em vigor desde 1 de Dezembro do ano passado e que impunha a todos



os passageiros que chegassem a Portugal por via aérea a apresentação de um teste negativo ou de um certificado de recuperação, foi tomada em Conselho de Ministros e publicada no domingo.

Para entrar no país, “passa a ser exigida apenas a apresentação do certificado digital covid da União Europeia nas três modalidades ou de outro comprovativo de vacinação devidamente reconhecido”, segundo o gabinete da ministra da Presidência.

**JOHNSON & JOHNSON** cessou, no final do ano passado, a produção da sua vacina contra a Covid-19 na única fábrica capaz de desenvolver lotes utilizáveis, segundo o *The New York Times*, que cita fontes familiarizadas ao processo.

## SEM RESTRIÇÕES

### Austrália reabre fronteiras a vacinados

A partir de 21 de Fevereiro vão ser reabertas as fronteiras a todos os estrangeiros que estejam vacinados contra a covid-19, depois de quase dois anos de restrições nas viagens.

Os estudantes estrangeiros e outras pessoas com vistos já tinham permissão do governo para entrar no país desde Dezembro. O livre trânsito para quem tem vacina chega nas próximas semanas àquele que foi dos países mais duros em relação a restrições devido à pandemia.



## NOVAS VACINAS

### Portugal aceita vacinas de mais laboratórios

As autoridades portuguesas passaram a aceitar também a emissão de certificado da covid-19 das vacinas chinesas Sinopharm (Vero Cell) e Sinovac (Coronavac), assim como a indiana Bharat Biotech International (Covaxin).

A informação foi anunciada numa circular conjunta do Infarmed e da Direcção Geral da Saúde (DGS), em que informam ainda que passam a ser aceites para a emissão de certificado covid-19.

Em Portugal, eram válidas apenas para a utilização do certificado digital as vacinas aprovadas pela Agência Europeia do Medicamento da Moderna, Pfizer, Janssen, AstraZeneca (Vaxzevria – com a designação AZD1222) e Covovax.

## DESDE O INÍCIO DA PANDEMIA

# Reino Unido regista maior número de mortes em crianças

É primeira vez, desde o surgimento da pandemia, que se registaram 16 mortes de crianças com covid-19 em hospitais ingleses. O número mais alto desde o início, de acordo com os dados do governo britânico, foram durante o mês de Janeiro.

Das 16 mortes, quatro eram bebés ou crian-

ças com menos de quatro anos, e oito eram adolescentes entre os 15 e os 19 anos. Os números do NHS (National Health Service) no Reino Unido também mostraram um número superior ao recorde anterior registado em Dezembro, quando foram registadas 14 mortes em crianças por covid-

19, das quais três estavam na categoria mais jovem.

Os dados daquele organismo mostraram ainda que 904 crianças foram internadas em hospitais na Inglaterra em apenas numa semana, até 28 de Janeiro, outro recorde para a pandemia. Dessas 904 crianças, mais de metade (519) tinham menos de cinco anos.



## CONCLUI PESQUISA

### Álcool pode 'travar' aumento de anticorpos

O consumo de bebidas alcoólicas pode interromper o aumento de anticorpos neutralizantes de coronavírus após a dose de reforço da vacina contra a covid-19, conclui um estudo da Universidade Internacional de Saúde e Bem-Estar do Japão,

A pesquisa relevou que os níveis de anticorpos são, em média, 15% menores em pessoas



que consomem bebidas alcoólicas do que naquelas que não consomem.

O estudo é da responsabilidade de Retsu Fujita, professor universitário que já liderou uma equipa de especialistas no primeiro estudo sobre o impacto do consumo de álcool na eficácia da vacina.

# Marcas & Estilos



## Atemporal

O relógio M&Co Bodoni do designer Tibor Kalman é um cronógrafo na forma mais clássica. “Waste not a moment” é a frase-guia por detrás da colecção. Criado em 1984, é montado dentro de uma moldura externa dourada.



## Ares frescos

Feito à mão em Nova Iorque pelo artista Andrew O. Hughes, o vaso de vidro de Confetti da Misette oferece grande variedade. Pode usá-lo na mesa carregado com flores frescas.



## AUTOMÓVEL

### Novos emblemas

A edição 2022 da japonesa Subaru traz faróis de luzes diurnas em LED, formando cada um a letra ‘C’, além do par de guelras que se destaca no capô, enquanto o logótipo STI é iluminado num vermelho mais forte, dando uma impressão de natureza desportiva ao conceito eléctrico.

O veículo recebe uma série de actualizações adicionais da STI, incluindo uma enorme asa traseira e um kit aerodinâmico com acabamento em vermelho, para combinar com as tampas dos espelhos laterais e o emblema STI na grade frontal. O motor é 2.4 turbo, de 275 cavalos. A caixa manual tem seis mudanças optimizadas.

## AGENDA

### LUANDA

#### DE 14 A 18 FEVEREIRO

Curso sobre gestão, logística e supply chain, a ser ministrada por Xavier Culandi. A partir das 17h00, na Rua Direita do Patriota, n.º 4.

#### 18 DE FEVEREIRO

‘Café do Arquitecto’, com arquitectos de Angola, Canadá, Índia e Arábia Saudita para abordar o tema ‘Identidade cultural através da Arquitectura’, no Pavilhão de Angola na Expo 2020 Dubai, via online, a partir das 14h00. Mais informações em [cafedoarquitecto@gmail.com](mailto:cafedoarquitecto@gmail.com).

#### DE 22 A 23 FEVEREIRO

‘Treinamento de atendimento de excelência’, com Chirlene Lino., das 09h00 às 13h00, no Centro Empreender Transforma, Alvalade, Rua Fernão Mendes Pinto. 30 mil kwanzas. Mais informações em 921 462 542.

## LIVROS



O PRESENTE LIVRO não é um curso de economia ou de finanças, longe de tal pretensão. É uma resenha simplificada sobre o assunto financeiro, para todos os leitores de qualquer idade.



NESTE NOVO TÍTULO da Coleção Cícero, figuras importantes do mundo jurídico voltam-se, cada qual à sua maneira, para alguns dos julgamentos mais notáveis de todos os tempos.



## TURISMO

### Animado a toda a hora

No início do século, Tóquio tornou-se o centro de movimentos nacionalistas e pan-asiáticos e no centro de acolhida de revolucionários dos países vizinhos, aliás, foi onde nasceu o movimento para derrotar a dinastia Machu da China. A capital japonesa é uma cidade para passear. Muito mais do que pontos turísticos, deve ver as distintas zonas, como Shinjuku, Shibuya e Ginza.

Shinjuku, por exemplo, é, junto com Shibuya, o bairro mais cosmopolita e vivo da cidade, com luzes de néon, gente fashion e ambiente animado a todo o momento.

Sem ser tão milenar como a chinesa nem tão disputada quanto a francesa, a gastronomia japonesa está cada vez mais presente em mais países e ganha novos adeptos a cada dia. Entre os pratos mais importantes da cozinha japonesa estão o Sushi, arroz cozido preparado com diferentes ingredientes, e o Sashimi, definido como carpaccio de peixe cru.



# Educação & Tecnologia

ANO ACADÉMICO 2021 – 2022 EM RISCO

# Professores do ensino superior ignoram MESCTI e prosseguem com a greve

**GREVE.** Tutela afirma que aumentos exigem variáveis que garantam a sustentabilidade de qualquer contraproposta, mas garante que as inquietações dos docentes “têm merecido a atenção” das autoridades.

Os professores do ensino superior das instituições públicas avisam que não tencionam suspender a greve nacional retomada no início de Janeiro, pelo facto de o Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI) não mostrar interesse em cumprir as exigências a que se comprometeu satisfazer ainda em 2021.

“O Governo até este momento não conseguiu cumprir nenhuma das promessas a curto prazo constantes no memorando de entendimento”, lamenta o secretário-geral do Sindicato Nacional dos Professores do Ensino Superior (SINPES), Eduardo Perez Alberto.

O sindicalista mostra-se ofendido com o comunicado emitido pelo ministério, com a assinatura da directora do Gabinete de Comunicação Institucional, considerando-o de “desrespeitoso” e “não vinculativo” aos professores. E explica que as reivindicações foram atendidas em menos de 50%, destacando-se a publicação de regulamentos eleitorais. No entanto, o sindicato insiste que, enquanto não forem cumpridas as exigências, o presente ano académico estará comprometido.

“Os professores expatriados continuam a trabalhar, desafio a ministra a concluir o ano académico apenas com estes professores”, confronta, realçando que o ministério está a fazer “teatro de uma política ineficiente para enganar a sociedade que não é mesma de 1975, fundada de mentiras públicas. Aqui reside a situação da má qualidade do ensino em Angola, começa com as políticas ineficientes.”

O SINPES exige o aumento do salário dos professores catedráticos para o equivalente a 2 milhões de

kwanzas e dos professores assistentes estagiários para 1 milhão. Entretanto, o MESCTI, em comunicado, deixa claro que se trata de “um processo delicado e complexo” que está a ser tratado pelo Executivo em sede do aumento do salário da função pública.

Entre as reivindicações dos professores, figuram a melhoria das condições de trabalho, infra-estruturas para as instituições de ensino superior, seguro de saúde, formação dos docentes e trabalhadores não docentes e a criação de

um fundo de investigação científica e publicações.

Sem aulas há um mês, os estudantes manifestaram-se no sábado, 05.02, em apelo ao diálogo entre o SINPES e o ministério, bem como em solidariedade aos professores.

## ESTUDANTES MANIFESTAM-SE

O MEA anunciou hoje uma nova manifestação, para 19 de Fevereiro, pelo fim da greve dos professores e reinício das aulas nas IPES, lamentando a “estagnação do seu futuro”.

Numa nota, o MEA, que promoveu, no sábado passado, uma manifestação pelo retorno às aulas no subsistema do ensino superior público, exige o fim da greve dos professores universitários e o reinício das aulas nas universidades públicas.

A manifestação, segundo o MEA, será “pacífica, académica e ordeira”, e deve decorrer do largo do cemitério Santa Ana até ao largo 1.º de Maio.

Para o MEA, a paralisação das aulas “está a prejudicar os estudantes com planos concretos”, sobretudo numa fase que os estudantes “já estariam em provas de exame do primeiro trimestre”.

“Se de um lado o Governo não consegue resolver as reivindicações dos professores, do outro lado, nós, enquanto estudantes, não podemos aceitar ver o nosso futuro estagnado”, lê-se na nota.

Os estudantes lamentam também o “silêncio sepulcral” das autoridades, o que demonstra, referem, “falta de vontade por parte de quem diz estar a governar para melhor”.

“Vamos novamente às ruas até que a greve caia por terra”, asseguram, realçando que a manifestação de 19 de Fevereiro “é aberta” a todos os que se solidarizam com os estudantes universitários das instituições públicas.



## NÚMEROS DA SEMANA

14,5

**Milhões kz**, Perdas da transportadora pública, Tcul, com a paralisação de dois autocarros devido à vandalização.

250

**Milhões USD**, Dívida da companhia aérea angolana Taag aos fornecedores internacionais.

16,2

**Mil milhões USD**, Cifra atingida no início desta semana pelas Reservas Internacionais Brutas.

195

**Infracções** detectadas pela Aniesa em empresas ligadas à saúde, indústria, comércio e turismo em Luanda, de 24 de Janeiro a 7 de Fevereiro.



DE 16 A 19 DE MAIO

## Congresso de petróleo em Luanda

Luanda recebe, entre 16 e 19 de Maio, a oitava edição do Congresso e Exposição de Petróleo de África (CAPE VIII).

O encontro visa promover e apoiar o investimento no sector do petróleo e gás em África e é promovido pela Organização Africana dos Produtores de Petróleo (APPO) e a empresa Amtrade.

Esta é a primeira vez que Angola acolhe o certame que inscreve, entre outros temas, 'O impacto da COP-26 e da transição energética no futuro da indústria de petróleo e gás em África', 'O Desenvolvimento do conteúdo local africano' e 'Actualizações dos sectores upstream e downstream e agregação de valor através do conteúdo local'.

O Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos explica que o encontro vai, igualmente, abordar as orientações baixadas por altos dirigentes políticos africanos responsáveis do sector.

O CAPE VIII é organizado há 18 anos, sendo o maior e mais influente evento de petróleo e gás no continente africano, visando proporcionar aos investidores a oportunidade de terem informações e conhecimentos profundos sobre a direcção estratégica da indústria de petróleo e gás em África.

"É uma conferência obrigatória e a única plataforma completa sobre política, negócios e interacção dos países membros da APPO", detalha o ministro Diamantino Azevedo.

São esperados como participantes decisores, profissionais e operadores do sector público e privado a nível nacional, regional e internacional.

A sétima edição realizou-se em Abuja, Nigéria, em 2016, tendo atraído 47 palestrantes, 470 participantes de 37 países, 55 expositores e 13 patrocinadores.

## RELATÓRIO DO BNA

## Reservas Internacionais crescem 4,2%

**A**s Reservas Internacionais Brutas (RIB) do país, que medem os recursos existentes em dinheiro, ouro e outras matérias-primas aceites como garantia internacional, cresceram cerca de 4,2 %, saindo dos 15,5 para os 16,2 mil milhões de dólares, com uma cobertura de 10,17 meses.

De acordo com a tabela de evolução semanal do Banco Nacional de Angola, disponibilizada no seu sítio na Internet, as Reservas Internacionais Líquidas (RIL) estão estimadas

em 10,6 mil milhões de dólares e chegam, ao menos, em caso extremo para garantir mais de 10 meses de importação ininterrupta.

Quando comparado aos 15,5 mil milhões de Reservas Brutas e 9,8 mil milhões de dólares das Reservas Internacionais Líquidas, o "stock" do país registou uma subida de cerca de mil milhões de dólares.

Em 2021, Reservas Internacionais Brutas terminaram o ano em 15.5 mil milhões de kwanzas, enquanto que as Reservas Internacionais Líquidas terminaram em 9.8 mil milhões de dólares, podendo somente cobrir despe



## NA CIMEIRA DA UNIÃO AFRICANA

## Líderes querem perdão da dívida

Os líderes africanos querem ver as suas dívidas perdoadas ou reconvertidas, no sentido de financiarem a recuperação económica no continente. A iniciativa foi defendida pelo presidente de Cabo Verde, José Maria Neves, na cimeira da União Africana (UA), realizada em Addis Abeba, na Etiópia.

José Neves considera que África, sozinha, não tem meios suficientes para financiar as medidas de resposta e recuperação da crise económica, pandémica

e climática. Defendeu, por isso, a necessidade de se assegurar o financiamento complementar, através de outras formas e fontes de financiamento externo, nomeadamente o Investimento Directo Estrangeiro (IDE), a cooperação internacional e a assistência financeira externa apropriada. "Construir resiliência na nutrição no continente africano visa acelerar o capital humano e o desenvolvimento social e económico", defendeu.